

Regulamento Interno



Ano letivo 2016/2018

Índice

Índice	2
Introdução	5
Capítulo I	6
Órgãos de Gestão e Administração	6
Secção 1.1	6
Estrutura organizacional.....	6
Artigo 1º	6
Artigo 2º - Órgãos de administração e gestão.....	6
a) Assembleia geral;.....	6
b) A direção;.....	6
c) Conselho fiscal;.....	6
d) Direção pedagógica;	6
Artigo 3º - Assembleia geral	6
Artigo 4º - Direção	6
Artigo 5º - Conselho fiscal.....	6
Artigo 6º - Competências da entidade Titular:	6
Secção 1.2	7
Direção Pedagógica.....	7
Artigo 7º - Nomeação	7
Artigo 8º - Competências	7
Secção 1.3	8
Concelho Pedagógico	8
Artigo 9º - Definição e âmbito.....	8
Artigo 10º - Constituição	8
Artigo 11º - Competências.....	8
Artigo 12º - Funcionamento	9
Secção 1.4	9
Departamentos Curriculares.....	9
Artigo 13º.....	9
Artigo 14º - Competências.....	9

Artigo 15º - Funcionamento	10
Capítulo II.....	10
Pessoal docente e não docente	10
Secção 2.1	10
Pessoal Docente	10
Artigo 16º - Condições gerais.....	10
Artigo 17º - Contratação.....	10
Artigo 18º - Direitos dos docentes	11
Artigo 19º - Deveres dos docentes	11
Artigo 20º - Faltas	12
Artigo 21º - Componente não Letiva	13
Artigo 22º - Convocatórias	13
Secção 2.2	13
Pessoal não docente	13
Artigo 23º - Direitos.....	13
Artigo 24º - Deveres.....	13
Capítulo III	14
Alunos e Encarregados de Educação	14
Secção 3.1	14
Alunos	14
Artigo 25º - Direitos.....	14
Artigo 26º - Deveres.....	14
Artigo 27º - Faltas	15
Artigo 28º - Justificação e limite de faltas.....	15
Artigo 29º - Infrações disciplinares	16
Artigo 30º - Regime disciplinar	16
Artigo 31º - Deveres.....	16
Artigo 32º - Direitos.....	17
Artigo 33º - Participação no processo de avaliação	17
Capítulo IV	18
Instrumentos de registo.....	18

Secção 4.1	18
Processo individual do aluno.....	18
Artigo 34º	18
Capítulo V.....	18
Oferta Educativa.....	18
Secção 5.1	18
Cursos ministrados	18
Artigo 35º.....	19
Artigo 36º - Regime de matrícula	19
Capítulo VI	19
Calendarização.....	20
Artigo 37º - Calendário escolar	20
Capítulo VII.....	20
Avaliação	20
Artigo 38º - Avaliação das aprendizagens.....	20
Artigo 39º - Prova Intermédia.....	20
Artigo 40º - Provas Globais	21
Artigo 41º - Provas de transição de grau	21
Capítulo VIII	21
Audições	21
Artigo 42º - Audições interdisciplinares.....	22
Artigo 43º - Audições de Classe.....	22
Capítulo IX	22
Propinas.....	22
Artigo 44º - Regras gerais.....	22
Capítulo X.....	22
Disposições finais	22
Artigo 45º	22
Artigo 46º - Omissões.....	23
Artigo 47º - Divulgação.....	23

Introdução

O regulamento interno, o projeto educativo e o plano anual de atividades são documentos que proporcionam o bom funcionamento e consequentemente uma boa qualidade da academia.

O presente regulamento é uma ferramenta que reflete todas as normas internas do funcionamento da academia aprovadas anualmente pelo conselho pedagógico, estando estas organizadas tendo em conta toda a legislação aplicável nomeadamente, o decreto-lei nº 553/80, de 21 de Novembro, e o estatuto do aluno consagrado na lei 3/2008, de 18 de janeiro, com as alterações introduzidas na lei nº39/2010, de 2 de Setembro.

A criação da Academia d'Artes de Cinfães foi homologada através de despacho do Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, datado de 26 de Junho de 2014, tendo sido autorizada a lecionação dos cursos de iniciação e básico nas classes de: Canto, Clarinete, Flauta Transversal, Fagote, Guitarra, Oboé, Percussão, Piano, Trombone, Trompa, Trompete, Tuba, Saxofone, Viola e Violino.

Capítulo I

Órgãos de Gestão e Administração

Secção 1.1

Estrutura organizacional

Artigo 1º

A entidade titular da Academia d'Artes de Cinfães, doravante designada pela abreviatura "AAC", é a Sociedade Artística e Musical de Cinfães Associação sem fins lucrativos com o NIF:501320105.

Artigo 2º - Órgãos de administração e gestão

- a) Assembleia geral;
- b) A direção;
- c) Conselho fiscal;
- d) Direção pedagógica;

Artigo 3º - Assembleia geral

Toda a estrutura organizacional deste órgão está definida nos estatutos da entidade titular nomeadamente na Secção II art.º 13 a 22.

Artigo 4º - Direção

Toda a estrutura organizacional deste órgão está definida nos estatutos da entidade titular nomeadamente na Secção III art.º 23 a 32.

Artigo 5º - Conselho fiscal

Toda a estrutura organizacional deste órgão está definida nos estatutos da entidade titular, nomeadamente na Secção IV art.º 33 a 38.

Artigo 6º - Competências da entidade Titular:

- a) Definir as orientações gerais da AAC;
- b) Representar a AAC em todos os assuntos de natureza administrativa;
- c) Estabelecer a organização administrativa e as condições de funcionamento da AAC;

- d) Assegurar os investimentos necessários e indispensáveis;
- e) Assegurar a contratação do pessoal docente e não docente;
- f) Fomentar boas condições de higiene e segurança a toda comunidade educativa;
- g) Proporcionar aos trabalhadores o apoio técnico, material e documentais necessários ao exercício da sua atividade;
- h) Aprovar o regulamento interno da AAC;
- i) Nomear a direção pedagógica da AAC.

Secção 1.2

Direção Pedagógica

Artigo 7º - Nomeação

- a) A direção da AAC será nomeada pela entidade titular;
- b) A entidade titular poderá nomear uma direção singular ou colegial, cujos elementos deverão possuir habilitações para o respetivo cargo;
- c) A direção exerce as suas funções por um ano, carecendo de renovação anual por parte da entidade titular.

Artigo 8º - Competências

- a) Representar a AAC junto do Ministério da tutela e da comunidade educativa em assuntos de natureza pedagógica;
- b) Superintender no âmbito das atividades escolares;
- c) Promover o cumprimento dos planos e programas de estudo;
- d) Velar pela qualidade de ensino;
- e) Zelar pela educação e disciplina dos alunos;
- f) Gerir a contratação e trabalho dos docentes;
- g) Elaborar e reformular, sempre que necessário, o regulamento interno da escola;
- h) Promover critérios de avaliação uniformes e coordenar a sua aplicação;
- i) Inventariar todas as necessidades em equipamentos e meios didáticos.

Secção 1.3

Concelho Pedagógico

Artigo 9º - Definição e âmbito

O conselho pedagógico não se afirma como órgão de gestão da AAC, no entanto este representa um papel fundamental no seu funcionamento, uma vez que se assume como um dos principais dinamizadores do plano anual de atividades, colaborador na garantia da qualidade de ensino prestado pela instituição analisando e contribuindo para a melhoria do projeto educativo.

Artigo 10º - Constituição

O Conselho Pedagógico é constituído por:

- a) Direção Pedagógica;
- b) Coordenador do departamento curriculares;
- c) Representante dos pais e encarregados de educação a ser nomeado em reunião geral de encarregados de educação convocada pelo diretor pedagógico.
- d) Representante dos alunos do curso básico.

- nas reuniões que sejam tratados assuntos que envolvam sigilo, nomeadamente em matérias de provas de exame ou de avaliação global, apenas participaram nas reuniões os membros docentes.

Artigo 11º - Competências

Compete ao conselho pedagógico:

- a) Elaborar e aprovar o Projeto Educativo;
- b) Apresentar propostas para a revisão do Regulamento Interno e do Projeto Educativo;
- c) Elaborar o Plano Anual de Atividades;
- d) Dar parecer sobre os currículos, programas, modelos de provas e outros modelos de avaliação definidos pela tutela ou produzidos pelos departamentos curriculares;
- e) São ainda competências todas as consagradas no art.º 26 do decreto de lei n.º115-A/98, alterado pela lei 24/99.

Artigo 12º - Funcionamento

- a) O conselho pedagógico reúne ordinariamente duas vezes por trimestre e extraordinariamente quando convocado pelo respetivo presidente ou por um terço dos seus membros;
- b) A duração dos mandatos é de dois anos para os docentes e um ano para os restantes;
- c) Após a sua constituição, o conselho pedagógico dispõe de trinta dias para realizar o seu regimento interno.

Secção 1.4

Departamentos Curriculares

Artigo 13º

Os Departamentos Curriculares são órgãos de coordenação de todos os docentes das respetivas áreas curriculares em matéria pedagógica e científica. Atualmente os Departamentos Curriculares são os seguintes:

- a) Departamento de Sopros e Percussão;
- c) Departamento de Formação Musical e Iniciação Musical; Classes de Conjunto, Guitarra e Violino.

Artigo 14º - Competências

São competências do coordenador de departamento curricular:

- a) Estar presente para representação do seu departamento curricular nas reuniões de Conselho Pedagógico;
- b) Estabelecer/coordenar objetivos comuns de trabalho a efetuar com os vários professores do seu departamento;
- c) Coordenar a elaboração de uma proposta conjunta do departamento, com vista à realização de plano anual de atividades;
- d) Orientar o seu departamento para o bom funcionamento das atividades pedagógicas;
- e) Informar o seu departamento acerca das decisões do Conselho Pedagógico;
- f) Convocar e orientar as reuniões do departamento;
- g) Coordenar a elaboração das provas de exame bem como de todos os restantes instrumentos de avaliação dos alunos;

h) Refletir com o grupo sobre metodologias, estratégias e iniciativas que melhorem os processos de aprendizagem e desempenho dos alunos;

i) Promover e coordenar a análise do projeto educativo com vista a possíveis alterações de melhoramento.

Artigo 15º - Funcionamento

A coordenação de departamento será feita por professores nomeados pela direção pedagógica;

- a) O mandato do coordenador será de dois anos, podendo cessar em qualquer momento por decisão da direção pedagógica;
- b) Os departamentos reúnem-se periodicamente uma vez por período;
- c) As reuniões referidas na alínea b) realizar-se-ão sempre com a presença dos elementos dos dois departamentos e serão presididas por um elemento da direção pedagógica;
- d) Extraordinariamente e quando necessário os departamentos poderão reunir separadamente, afim de tomar decisões exclusivas desse departamento.
- e) Os departamentos deverão realizar o seu regimento interno trinta dias após a sua constituição.

Capítulo II

Pessoal docente e não docente

Secção 2.1

Pessoal Docente

Artigo 16º - Condições gerais

Os docentes da AAC exercem funções do interesse público e têm os direitos e deveres inerentes ao exercício da sua função, previstos no presente regulamento.

Artigo 17º - Contratação

- a) Os docentes são contratados pela entidade titular;
- b) A contratação referida na alínea anterior carece de parecer prévio da Direção Pedagógica;

- c) Os docentes contratados devem fazer prova de possuírem habilitações adequadas;
- d) A vinculação dos docentes à AAC é feita através dos seguintes termos:
 - i. Por contrato a termo certo;
 - ii. Por contrato de tarefa ou avença;
 - iii. No regime de acumulação, quanto aos docentes são vinculados a outro estabelecimento de ensino;

Nota: O contrato de tarefa ou avença referido na alínea d) ponto ii) tem como objetivo prestações sucessivas no âmbito da profissão liberal, mediante uma remuneração acordada pela Direção, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer uma das partes, com aviso prévio não inferior a 30 dias úteis.

Artigo 18º - Direitos dos docentes

- a) Dispor de condições de natureza pedagógico-didática para o exercício das suas funções, de acordo com as disponibilidades materiais e humanas da Academia;
- b) Ser informado da legislação ou instruções que lhe digam respeito;
- c) Ser informado, em devido tempo, das deliberações do Conselho Pedagógico e Direção Pedagógica, assim como sobre qualquer assunto de seu interesse proveniente do Ministério da Educação;
- d) Ser ouvido sobre questões importantes da vida da escola e informado das decisões da Direção Pedagógica;
- e) Ser convocado para reuniões dentro do prazo legal em vigor de 48 horas de antecedência;
- f) Poder beneficiar gratuitamente de atividades de formação (masterclass, colóquios, seminários, ações de formação) promovidas pela AAC.

Artigo 19º - Deveres dos docentes

- a) Ser pontual e cumprir os horários marcados e cumprir os programas estabelecidos pela legislação em vigor;
- b) Cumprir o Regulamento Interno e quaisquer outras disposições legais aplicáveis, bem como as determinações da Direção Pedagógica em tudo o que se relacione com o processo ensino/aprendizagem e atividades escolares;
- c) Tratar os alunos com a máxima correção, equidade e justiça, e procurar resolver com a devida compreensão os problemas e conflitos que surjam;
- d) Não se ausentar da sala de aula, a não ser por motivo imperioso e justificado;
- e) Permitir a assistência à aula dos alunos que cheguem atrasados, após justificação plausível do atraso;

f) Levantar o Livro de Ponto que se encontra na sala dos professores, repondo-o após a aula ou assinalar a aula através de outro meio informático que substitua o livro de ponto nos termos em que for deliberado pela Direção Pedagógica.

g) Registar no livro de ponto, ou outro suporte adotado pela escola, o sumário, bem como as faltas dos alunos;

h) Manter atualizados os seus conhecimentos artísticos, científicos e pedagógicos;

i) Participar ativamente em grupos de trabalho que se constituam na AAC;

j) Participar em todas as reuniões para que forem devidamente convocados;

k) Colaborar na realização do Projeto Educativo da Escola;

l) Estar presente, sempre que possível, a todas as iniciativas culturais e atividades extracurriculares da escola;

m) Não antecipar nem adiar aulas sem prévia informação à Direção Pedagógica;

n) Não comentar com os alunos, sob que pretexto for, a atuação didático-pedagógica de outros professores;

o) Consultar, com frequência, o placard informativo, de forma a ter conhecimento atempadamente do seu conteúdo, bem como de outras informações ou determinações.

p) Atender os pais e encarregados de educação ou os próprios alunos em horas previamente marcadas fora do seu horário letivo;

Artigo 20º - Faltas

1. A indisponibilidade do docente deve ser procedida das seguintes ações:

a) Avisar antecipadamente, sempre que possível os alunos;

b) Entrar em contato com a secretaria e/ou Direção;

c) Apresentar justificação cinco dias após a falta;

d) Efetuar sempre que possível e mediante parecer da direção pedagógica permuta com outro professor;

2. As faltas dadas pelos docentes têm, obrigatoriamente que ser compensadas dentro do período letivo a que se reportam;

3. As aulas em falta serão descontadas no vencimento do mês em que ocorreram, sendo o seu vencimento devolvido após a sua reposição;

4. Quando o docente tiver coincidência de reuniões noutra(s) escola(s) e/ou atividades extracurriculares, deve apresentar a declaração justificativa da sua ausência, nos termos do n.º 1;

5. Se o docente faltar por motivo de doença, e se prolongar por mais de um dia, deverá apresentar na secretaria da Academia, no prazo de cinco dias úteis, o respetivo atestado médico;

6. Não será autorizada a reposição de aulas durante as interrupções letivas.

Artigo 21º - Componente não Letiva

A componente não letiva será organizada e estruturada pela direção pedagógica tendo em vista a concretização de metas elaboradas no projeto educativo da AAC como por exemplo:

- a) Atividades de apoio educativo
- b) Atividades de promoção e valorização do currículo dos alunos;
- c) Reuniões com encarregados de educação;
- d) Outras atividades propostas à direção pedagógica pelos coordenadores de departamento curricular.

Artigo 22º - Convocatórias

Os docentes deverão ser convocados para reuniões ou outras atividades a desenvolver na AAC com uma antecedência mínima de 48 horas, sendo o meio de divulgação o correio eletrónico e o placar informativo da sala de professores.

Secção 2.2

Pessoal não docente

Artigo 23º - Direitos

Constituem direitos do pessoal não docente:

- a) Ser respeitado por toda comunidade educativa;
- b) Dispor das condições para o exercício das suas funções, de acordo com as disponibilidades materiais da AAC;
- c) Beneficiar dos direitos consagrados na lei, no contrato e demais regulamentos e normas existentes na AAC.

Artigo 24º - Deveres

Constituem deveres do pessoal não docente:

- a) Exercer, com competência, zelo e dedicação, as funções que lhes sejam confiadas;

- b) Zelar pela preservação e uso adequado das instalações e equipamentos colocados à sua disposição;
- c) Cumprir com as demais obrigações decorrentes na lei, do contrato e das demais normas da AAC.

Capítulo III

Alunos e Encarregados de Educação

Secção 3.1

Alunos

Artigo 25º - Direitos

- a) Ser tratado com correção, delicadeza e amizade pelos colegas, professores, pessoal administrativo e pessoal auxiliar de apoio.
- b) Encontrar uma escola acolhedora, na qual todos os dias se veja asseio, limpeza e higiene;
- c) Ter acesso a todas as informações que lhe digam respeito afixadas em placard próprio para o efeito;
- d) Ter o tempo integral de aula. Se por motivo de força maior o professor não puder comparecer, a aula ser-lhe-á compensada no mais curto espaço de tempo possível;
- e) Ver salvaguardada a sua segurança na AAC e respeitada a sua integridade física e moral;
- f) Ser prontamente assistido, em caso de acidente ou doença súbita;
- g) Usufruir dos direitos previstos no regulamento e normas da academia
- h) Ter acesso a salas de estudo de acordo com a disponibilidade destas;
- i) Expor perante a direção pedagógica e entidade titular da AAC todas as suas dúvidas e sugestões;
- j) Participar ativamente na vida da academia, através de sugestões e críticas fundamentadas que melhorem o funcionamento da academia.

Artigo 26º - Deveres

Constituem deveres do aluno:

- a) Respeitar todos os elementos da comunidade educativa;

- b) Acatar as orientações dos docentes relativamente ao processo de ensino-aprendizagem;
- c) Não utilizar quaisquer equipamentos tecnológicos, designadamente, telemóveis, durante o decorrer das atividades letivas;
- d) Respeitar as instruções do pessoal docente e não docente;
- e) Participar nas atividades curriculares e extracurriculares desenvolvidas pela AAC;
- f) Não participar em espetáculos públicos em nome da AAC sem aviso prévio e parecer favorável da direção da Academia;
- g) Assistir à aula quando chega atrasado, mesmo tendo falta.

Artigo 27º - Faltas

1. É considerada falta de presença
 - i. A não comparência às aulas;
 - ii. A comparência às aulas sem o material necessário;
 - iii. A ordem de saída da sala de aula por motivos disciplinares.
2. Salvo casos devidamente comprovados, as faltas deverão ser comunicadas com cinco dias de antecedência na secretaria da AAC.
3. Sempre que a falta for devidamente justificada, de acordo com o artigo 21º do presente regulamento e comunicada no período definido na alínea anterior, haverá lugar a reposição da aula individual de instrumento;
4. As faltas, mesmo quando justificadas às aulas coletivas, não terão direito a reposição;
5. As faltas resultantes da ordem de saída da sala de aula, ou de medidas disciplinares sancionatórias, consideram-se faltas injustificadas.

Artigo 28º - Justificação e limite de faltas

1. Justificação
 - a) O aluno deverá entregar a justificação de falta no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da última falta, através da comunicação no portefólio do aluno, devidamente preenchida e assinada pelo Encarregado de Educação ou pelo aluno, quando de maior idade.
 - b) As justificações de falta a provas de Exame Semestrais ou Provas Globais só são possíveis por motivo de doença devidamente comprovada por atestado médico.
2. Limite de faltas:

a) O limite de faltas (injustificadas) a considerar em qualquer disciplina de qualquer curso, é o triplo do número de tempos letivos semanais;

b) As faltas justificadas apenas são consideradas para efeitos estatísticos. As que forem consideradas injustificadas, por não ter sido aceite a sua justificação ou por não ter sido apresentada qualquer justificação, serão tidas em conta para efeitos de exclusão.

Artigo 29º - Infrações disciplinares

1. A violação pelo aluno de algum ou alguns dos deveres previstos no artigo 17.º ou no regulamento interno da escola, em termos que se revelem perturbadores do funcionamento normal das atividades da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infração, a qual pode levar à aplicação de medida disciplinar.

2. Neste domínio disciplinar, as penalizações são as determinadas pela Lei nº 30/2002 de 20 de dezembro, aplicadas no âmbito dessa mesma lei, pelo Conselho Pedagógico ou a Direção Pedagógica.

Artigo 30º - Regime disciplinar

1. Qualificação da infração e participação da ocorrência

A violação pelo aluno de algum dos deveres previstos no presente Regulamento Interno ou no Estatuto do Aluno e Ética Escolar (previsto na Lei Nº. 51/2012 de 5 de setembro), em termos que se revelem perturbadores do funcionamento normal das atividades da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infração passível da aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória.

2. A participação de ocorrência pode ser feita:

- a) Pelo professor ou membro do pessoal não docente;
- b) Pelo aluno ou pelos pais/encarregados de educação.

3. Procedimento disciplinar:

O procedimento disciplinar decorre nos termos previstos no Estatuto do Aluno e Ética Escolar (previsto na Lei Nº. 51/2012 de 5 de Setembro).

Secção 3.2

Encarregados de educação

Artigo 31º - Deveres

Constituem deveres dos encarregados de educação:

- a) Informar-se e informar a comunidade educativa sobre todos os aspetos de relevância para o processo educativo dos seus educandos e comparecer na AAC sempre que solicitado;
- b) Colaborar com os docentes no processo de ensino-aprendizagem do seu educando;
- c) Responsabilizar-se pelo cumprimento do dever de assiduidade e correção dos seus educandos;
- d) Comparecer por sua iniciativa, na AAC, sempre que achar necessário.

Artigo 32º - Direitos

Constituem direitos dos encarregados de educação:

- a) Ser avisado de qualquer comportamento ou situação anormal na conduta do seu educando;
- b) Ter acesso a informações relacionadas com o processo educativo do seu educando, nomeadamente, planificações de disciplina, critérios de avaliação entre outros;
- c) Decidir da participação do seu educando em atividades de complemento educativo e de apoio;
- d) Participar na vida da escola e fazer-se representar pelos representantes legalmente eleitos, nomeadamente em:
 - i. Reformulação e melhoramento do projeto educativo da escola;
 - ii. Proporcionar, contribuir e expor processos de reformulações na organização da AAC, para melhoramento da vida escolar;
 - iii. Colaborar na realização e aplicação do plano anual de atividades da AAC.

Artigo 33º - Participação no processo de avaliação

1. Os encarregados de educação participam no processo de avaliação do seu educando traduzindo-se esta participação no direito a:

- a) Ter acesso ao Projeto Educativo da AAC e ao processo individual do aluno sempre que o solicite à Direção Pedagógica e na presença de um dos seus elementos;
- b) Tomar conhecimento dos critérios de avaliação, podendo para tal consultar o respetivo dossiê nos serviços administrativos;
- c) Ser informado da classificação obtida em testes e outros instrumentos de avaliação;

d) Contatar o(s) professor(s) da(s) disciplina(s), comparecendo na Academia de Música quer por livre iniciativa, quer quando for solicitado;

e) Comparecer em todas as reuniões de pais e encarregados de educação convocadas para analisar a situação do seu educando;

f) Tomar conhecimento das medidas consideradas necessárias pela Direção Pedagógica, depois de ouvido(s) o(s) respetivo(s) docentes, nomeadamente as que conduzam à correção de atitudes/comportamentos do seu educando e/ou as constantes do relatório das dificuldades por aqueles elaborados no final de cada período letivo.

g) Os pais e encarregados de educação podem recorrer do processo de avaliação do seu educando, pedindo a revisão das avaliações no final do 3.º período, ou a reapreciação das provas na sequência da realização de exames.

Capítulo IV

Instrumentos de registo

Secção 4.1

Processo individual do aluno

Artigo 34º

- a) O Processo individual do aluno acompanha-o ao longo de todo o seu percurso;
- b) São registadas no processo individual do aluno as informações relevantes do seu percurso educativo;
- c) As informações contidas no processo individual do aluno referentes a matéria disciplinar e de natureza pessoal e familiar são estritamente confidenciais.

Capítulo V

Oferta Educativa

A Academia d'Artes de Cinfães proporciona a frequência dos Cursos de iniciação e Básico no regime supletivo, de acordo a Portaria n.º 225/2012, de 30 de junho para o ensino básico.

Secção 5.1

Cursos ministrados

Artigo 35º

a) Curso de Iniciação

Destina-se a alunos que frequentam o primeiro ciclo do ensino básico sendo a sua organização definida de acordo com o artigo 3º da portaria nº225/2012 de 30 de Julho. No que se refere o artigo anteriormente mencionado no ponto 3 a disciplina de instrumento será lecionada em grupo de dois alunos.

b) Curso básico

Destina-se a alunos que frequentam o segundo e terceiro ciclo do ensino básico estando este ciclo de estudos definidos na portaria nº225/2012 de 30 de Julho.

c) Curso Livre

Os cursos livres contêm planos próprios destinados a todos que pretendam estudar música ao seu próprio ritmo, este regime não confere certificação oficial, sendo apenas entregue um certificado de frequência.

Artigo 36º - Regime de matrícula

a) Regime Supletivo

A matrícula neste regime está sujeito às orientações emanadas na portaria nº225/2012 de 30 de julho, nomeadamente no artigo 8º definindo este a admissão de alunos neste regime, o artigo 9º constituição de turmas e organização dos tempos letivos sendo que de acordo com o ponto 7 alínea b) a organização da disciplina de instrumento será lecionada a grupos de dois alunos podendo por questões pedagógicas ou de gestão de horários, ser repartida igualmente entre eles.

A frequência neste regime de matrícula está sujeita ao pagamento de propinas, estando neste regulamente toda a regulamentação relativa à sua aplicabilidade.

b) Regime articulado

A matrícula neste regime está sujeito às orientações emanadas na portaria nº225/2012 de 30 de julho.

Neste regime de matrícula não será cobrada qualquer propina aos encarregados de educação pela frequência do seu educando na AAC.

Capítulo VI

Calendarização

Artigo 37º - Calendário escolar

As suspensões e interrupções letivas serão aquelas designadas pelo Ministério da educação no calendário escolar definido no início de cada ano letivo.

Capítulo VII

Avaliação

Artigo 38º - Avaliação das aprendizagens

a) A avaliação dos alunos será realizada de acordo com o artigo 10º, 11º e 12º da portaria nº225/2012 de 30 de julho.

b) A avaliação de cada disciplina está sujeita aos critérios de avaliação definidos em reunião de departamento curricular e aprovados pelo conselho pedagógico, sendo estes dados a conhecer ao encarregado de educação no início de cada ano letivo.

c) Todos os alunos no final de cada período serão submetidos a uma avaliação. No Curso de Iniciação a avaliação é qualitativa e a classificação utilizada é numa escala de Insuficiente a Muito bom. No Curso Básico a avaliação é quantitativa e a classificação utilizada é traduzida numa escala de 1 a 5.

d) No final de cada período, após Reunião de Avaliação, será preenchida uma ficha informativa onde consta a síntese descritiva da situação do aluno relativamente ao processo de ensino/aprendizagem, assim como a respetiva avaliação.

e) Todos os alunos realizarão uma autoavaliação no final de cada período.

Artigo 39º - Prova Intermédia

Internamente a AAC aplica uma prova intermédia às disciplinas de instrumento e formação musical a todos os graus.

As provas referidas terão as seguintes orientações:

- a) A prova terá uma percentagem na avaliação final do terceiro período de 20%;
- b) A prova terá um júri constituído por três professores;
- c) A prova realizar-se-á em fevereiro.

Artigo 40º - Provas Globais

- a) Realizam a prova global de avaliação os alunos que frequentam os 2º e 5º graus, às disciplinas de Instrumento e Formação Musical.
- b) As orientações para a aplicação da referida prova estão definidas no artigo 12º da portaria 225/2012 de 30 de julho.
- c) A Prova Global de Avaliação contribui para a Avaliação Final do aluno tendo um peso de 30% na Nota Final.
- d) A falta à Prova Global de Avaliação, quando não devidamente justificada, será atribuída uma classificação de 00% / 00 valores .

Artigo 41º - Provas de transição de grau

As provas para transição de grau serão aplicadas de acordo com o artigo 11º da portaria 225/2012 de 30 de julho.

- 1. Orientações de aplicação:
 - a) O requerimento para a realização da prova terá de ser efetuada em datas afixada para o efeito na secretaria da AAC.
 - b) Só poderão realizar a prova referida os alunos que concluem o primeiro período com uma nota igual ou superior a quatro valores à disciplina a que se propõe;
 - c) A realização da prova carece de parecer concordante do professor da disciplina;
 - d) O requerimento referido na alínea a) é dirigido ao Diretor Pedagógico, que posteriormente o remeterá para homologação em reunião de Conselho Pedagógico;
 - e) As provas devem incidir sobre todo o programa do ano de escolaridade anterior àquele a que o aluno se candidata;
 - f) A realização da prova será feita na presença de um júri constituído por três elementos: o professor do aluno, um elemento da Direção Pedagógica e outro elemento a designar, preferencialmente da área disciplinar.

Capítulo VIII

Audições

As audições inserem-se no programa geral de trabalho com os alunos, sendo parte integrante e essencial no seu percurso formativo. Compete ao professor, de acordo com o plano individual de trabalho definido para cada aluno, promover a sua apresentação em audições.

Artigo 42º - Audições interdisciplinares

Estas audições terão uma periodicidade mensal e participam alunos de várias classes sendo a menção destes da responsabilidade de cada professor de classe.

Artigo 43º - Audições de Classe

Estas audições terão uma periodicidade mínima de uma por período participando sempre que possível todos os alunos da classe.

Capítulo IX Propinas

Artigo 44º - Regras gerais

- 1) O valor da propina será determinado anualmente pela Entidade titular da AAC
- 2) As propinas poderão ser pagas nas seguintes modalidades:
 - i. A totalidade no início do ano letivo
 - ii. Por semestre sendo a primeira prestação em setembro e a segunda em Fevereiro;
 - iii. Em onze prestações, sendo a primeira em Setembro e a última em Junho sendo que a prestação de julho será dividida e cobrada nos meses de Novembro, Fevereiro e Abril.
- 3) O pagamento das propinas deve ser efetuado até ao dia 10 do mês a que disserem respeito, sofrendo uma penalização de acordo com as regras seguintes:
 - a) 5%, se o pagamento for efetuado entre o dia 11 e o dia 15 de cada mês;
 - b) 15%, se o pagamento for efetuado entre o dia 16 e o dia coincidente com o final do mês;
 - c) 20%, por cada mês de atraso.
- 4) As faltas dos alunos a qualquer das atividades em que estejam inscritos, não implicará a redução das propinas qualquer que seja o motivo;
- 5) No ato da matrícula/renovação haverá lugar ao pagamento de inscrição cujo montante será definido anualmente pela entidade titular da academia.

Capítulo X Disposições finais

Artigo 45º

1. Qualquer aluno poderá frequentar este estabelecimento de ensino, devendo ter conhecimento do respetivo Regulamento e comprometendo-se a respeitá-lo.
2. Os objetos perdidos que forem encontrados, ficam à guarda da AAC até ao final do ano letivo, para serem entregues a quem provar pertencer.
3. O AAC não se responsabiliza por bens ou outros valores que os alunos tragam, sem serem necessários à atividade escolar.

Artigo 46º - Omissões

Todos os casos omissos do presente conjunto de normas serão analisados e decididos por deliberações da direção pedagógica e entidade titular da AAC.

Artigo 47º - Divulgação

Constituindo o Regulamento Interno um documento central na vida da Academia d'Artes de Cinfães, deve:

- a) Ser divulgado a toda a comunidade educativa no início do ano letivo;
- b) Estar disponível para consulta sempre que solicitado na secretaria da AAC.